

Reativação por decreto-lei

Economia - Brasil

O empresário Abílio Diniz, que é também membro do Conselho Monetário Nacional, pediu ao presidente da República medidas para que o País possa crescer 6 ou 7% no presente exercício, a fim de poder apresentar uma taxa média de expansão do PIB da ordem de 2%, nos anos 1981/82. A intenção parece louvável; cabe apenas perguntar se é possível, num regime de economia de mercado e com as pressões decorrentes de nosso balanço de pagamentos, atingir tal resultado por meio de decretos-leis.

Esta folha sempre defendeu a tese de que teria sido possível, no ano passado, alcançar resultados parelhos, tanto para o balanço de pagamentos quanto para a taxa de inflação, sem um custo social tão elevado. Para isso, teria sido necessário, no entanto, de um lado, reduzir a pressão do setor público e, de outro, tomar medidas para aliviar a carga que recai sobre a classe média, que teve seu poder aquisitivo drasticamente reduzido.

Sabemos que os empresários consideram que bastaria uma redu-

ção das taxas de juros para que a economia pudesse voltar a ter índices de crescimento significativos. Não estamos certos de que essa redução fosse suficiente, pois não basta reduzir um pouco as taxas de juros (e seria realmente difícil reduzi-las muito) para criar o aumento da demanda de bens e serviços.

Uma reativação da economia exigiria medidas muito mais amplas. Além disso, verdade é que, enquanto o déficit do setor público tiver o peso que tem, não seria desejável voltar a índices de crescimento altos, que teriam graves consequências tanto sobre a taxa de inflação quanto sobre a balança comercial. Nesse sentido, pensamos que, até 1985, ano em que o peso do déficit do setor público poderá ser menor, com o término de grandes obras como Itaipu, Ferrovia do Aço, Metrô, Tucuruí, etc., será difícil pensar em uma taxa de crescimento superior a 4 ou 5%.

O que se pode pedir ao governo, na fase atual, é que siga uma política capaz de manter a taxa indicada sem procurar, no entanto, ir além dela. Do contrário, poderíamos encontrar-

nos numa situação ainda mais delicada. Nos anos 1979 e 1980, alertamos sempre as autoridades quanto à necessidade de optar por uma taxa de crescimento menor, seguros de que qualquer demora quanto a tal decisão seria paga por uma recessão caracterizada por alto custo social. Foi o que aconteceu em 1981.

Existe, porém, uma justificativa no apelo do empresário paulista: o governo não pode ficar inerte diante da situação atual, mesmo que se notem alguns sinais, ainda muito frágeis, de recuperação. Por um lado, devem ser tomadas medidas de curto prazo, desde que visem a manter um crescimento positivo de 4 a 5%; por outro, é preciso elaborar já uma tática a longo prazo para que, no momento em que o alívio da pressão do setor público se tiver sentir, possamos voltar a um índice de crescimento mais elevado, mas cuja responsabilidade caberá ao setor privado, não ao setor público.

A curto prazo, devemos pensar em conter o déficit do setor público, sem com isso renunciar a terminar os investimentos em curso. É conve-

niente adotar providências para reduzir ligeiramente as taxas de juros (é possível, por exemplo, uma redução do IOF sobre o crédito ao consumo). É essencial encontrar meios para estimular investimentos privados por intermédio da capitalização das empresas. Finalmente — o que foi feito em parte —, é preciso aliviar a carga tributária que pesa sobre a classe média.

A longo prazo, há sérios problemas a examinar. A revisão da política salarial torna-se indispensável; uma reforma tributária deve ser implantada, visando não a aumentar a carga fiscal, mas a distribuí-la melhor. Deveríamos ter a coragem de verificar se não seria possível reduzir nossa dependência do Exterior, com a ajuda do Fundo Monetário Internacional.

Se a reativação só pudesse ser obtida com aumento das despesas públicas, aumento do déficit do setor público e agravamento de saldos negativos na balança comercial, seria necessário renunciar a ela, pois, logo a seguir, surgiria outra recessão, muito pior do que a de 1981.